

Intolerância religiosa, um racismo religioso que dura mais de cinco séculos

Religious intolerance, a religious racism that lasts more than five centuries

DOI:10.34117/bjdv7n5-150

Recebimento dos originais: 07/04/2021

Aceitação para publicação: 09/05/2021

Michelly Cristina Rozeno

Bacharel em Serviço Social – UPE

Pós graduada em Saude Mental– FAVENI

Residente Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde da Família - ASCES UNITA

Endereço: Horácio Antônio de Barros, 405, Matriz, Vitoria de Santo Antao

E-mail: michellycristinarozeno@gmail.com

Nathália Rayanne Soares

Bacharel em Serviço Social - UFPE

Residente Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde da Família - ASCES UNITA

Endereço: Rua Paulino de Brito, nº 1678, Maurício de Nassau – Caruaru-PE

E-mail: nathallyarayanne@gmail.com

Maria Luíza de Aguiar Interaminense Guerra

Bacharel em Serviço Social – UPE

Residente Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde da Família - ASCES UNITA

Endereço: Rua Padre Bartolomeu de Gusmao,19 Salgado, Caruaru.

E-mail: maria_luiza_guerra@hotmail.com

Maria Daniele da Silva

Bacharel em Serviço Social – UPE

Residente Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde da Família - ASCES UNITA

Endereço: Rua Padre Bartolomeu de Gusmao,19 Salgado, Caruaru.

E-mail: danys2270@gmail.com

Tamara Dias Bandeira

Bacharel em Saude Coletiva - UFPE

Residente Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde da Família - ASCES UNITA

Endereço: Avenida Portugal, nº 1330 – Bairro Universitário - Caruaru -PE

E-mail: tamarasdiasbol@hotmail.com

Claudia de Lima Rodrigues Souza

Bacharel em Saúde Coletiva - UFPE

Residente Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde da Família - ASCES UNITA

Endereço: Rua Coronel Antônio da Silva, nº 91 – Salgado – Caruaru-PE

E-mail: claudiarodrigues.ufpe@gmail.com

Brenda Fernanda Guedes

Bacharel em Saúde Coletiva - UFPE
Residente Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde da Família - ASCES UNITA
Endereço: Rua Coronel Antônio da Silva, nº 91 – Salgado – Caruaru-PE
E-mail: brendaguedesres@gmail.com.br

Maria Clara de Araújo Campello

Bacharelado em Educação Física- UFPE
Residente Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde da Família - ASCES UNITA
Endereço: Rua da Aurora, 1071, apto 1910. Santo Amaro, Recife-PE

RESUMO

O Candomblé é uma religião que resiste a cinco séculos a perseguições e a um racismo religioso institucionalizado, definido por intolerância, mas além de suportar a essa violência, essa religião passou a se torna um espaço que atrai um público que também se encontra a margem de uma sociedade patriarcal, conservadora e moralista, atraindo principalmente mulheres, que na maioria das instituições religiosas são excluídas de terem uma relação direta com o sagrado, e os homossexuais que também não são pessoas bem vindas nessas instituições. Sendo assim o Xangô colocam esses dois atores, em espaço de destaque, onde fazem parte até mesmo do seu contexto histórico, não sendo um fenômeno novo, mas histórico, assim como a intolerância que permeia o Candomblé.

Palavras-chave: Candomblé, Religião, Intolerância.

ABSTRACT

Candomblé is a religion that has resisted persecution and institutionalized religious racism for five centuries, defined by intolerance, but in addition to enduring this violence, this religion has now become a space that attracts an audience that is also on the margins of a patriarchal, conservative and moralistic society, attracting mainly women, who in most religious institutions are excluded from having a direct relationship with the sacred, and homosexuals who are also not welcome people in these institutions. Thus, Xangô places these two actors in a prominent place, where they are even part of its historical context, not being a new phenomenon, but historical, as well as the intolerance that permeates Candomblé.

Keywords: Candomblé, Religion, Intolerance.

1 INTRODUÇÃO

O Candomblé é uma religião de resistência, tendo por referencial a cultura africana com o intuito de suportar ao severo sistema escravagista e a todo sofrimento que eram submetidos os escravizados durante o período colonial brasileiro. Assim, a religião era como área de refúgio para suportar o cativo, enfrentando muitas adversidades e sendo alvo constante do preconceito religioso. Tal religião tem por alicerce a resistência e a diversidade representada em seus orixás, que considera que não temos a mesma origem, cada pessoa se origina de algum elemento da natureza, quais sejam da terra, mar,

trovão, vento e tantos outros. O Candomblé resiste à perseguição e a um racismo religioso, definido por intolerância, mas além de suportar a essa violência, passa a se torna um espaço que atrai um público que também se encontra a margem de uma sociedade patriarcal, conservadora e moralista, atraindo principalmente mulheres, que na maioria das instituições religiosas são excluídas de terem uma relação direta com o sagrado, e os homossexuais que também não são pessoas bem vindas nessas instituições. Sendo assim o Xangô colocam esses dois atores, em espaço de destaque, onde fazem parte até mesmo do seu contexto histórico, não sendo um fenômeno novo, mas histórico.

2 DESENVOLVIMENTO

Desde o princípio dessa pesquisa, realizada no terreiro do Pai Tota e aos demais terreiros que são interligados a ele, pude perceber o quão difícil é a realidade dos integrantes desse espaço por meio de muitas conversas e observações. Constatei que afirmar-se da “macumba”, assim como os não pertencentes dessa religião passam a denominá-la, beira a um ato político.

Durante toda a construção e desenvolvimento da pesquisa, um tema em particular foi registrado na maioria das falas dos candomblecistas: o forte preconceito que essas pessoas sofreram ou sofrem simplesmente por se afirmarem dessa religião. Muitas vezes preconceito sofrido dentro do seu próprio seio familiar. Os negros e negras africanos que foram escravizados no Brasil, foram proibidos por seus senhores e “donos” de continuarem a professar a sua fé. Cultuando, não a uma imagem de um deus branco, de reputação imaculada e santa, assim como seus apóstolos e santos católicos, mas sim a um deus negro que não apresenta uma reputação intocável, assim como seus administradores aqui na terra, os orixás, que apresentam características mais humanas do que divinas. Desse modo os portugueses que nos colonizaram desconsideraram as divindades dos negros escravizados e os proibiram de seguir a sua religião. Talvez esse tenha sido o primeiro registro de intolerância religiosa com relação à religião africana, violência essa que começa no início do período escravagista e se perpetua até os dias atuais.

Verger (2002) explica que os portugueses se preocupavam em “salvar” as almas dos africanos, mergulhados nas “trevas” da idolatria. Como os negros não possuíam alma, eles estariam nas trevas, realizando suas feitiçarias e bruxarias, onde o Catolicismo, religião oficial dos colonizadores, poderia lhes conceder a salvação. Cardoso (2003) aponta que participar da civilização ainda como subalterna, nesse caso os indígenas e africanos, significava a conversão da alma, assim o conquistador aparece como

indulgente alguém que, por piedosa tolerância, vai inserir os indígenas na civilização e salvar suas almas em troca da submissão de seus corpos ao trabalho escravo. Desse modo os portugueses eram detentores do poder, dos indígenas, dos negros escravizados, e dentro disso suas culturas, excluindo-as, pois, a cultura do colonizador era a verdadeira e civilizatória.

Boaventura de Souza Santos (1999) traz uma abordagem bastante interessante sobre o fenômeno da exclusão, colocando-o como fenômeno cultural, social e sobretudo civilizatório, no qual se trata de um processo histórico através do qual uma cultura, validado por um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita. Desse modo, de acordo com o autor, “estabelece-se um limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atira para outro lugar, a heterotopia, todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social, sejam eles a loucura, o crime, delinquência ou orientação sexual” (SANTOS, p.3, 1999), e no caso destacado, a exclusão perpassa o meio religioso, no caso mais específico, as religiões de matrizes africanas, tornando-se a principal religião excluída socialmente, alvo de um racismo e preconceito colonialmente construído. O fenômeno da exclusão traz outra definição que está diretamente ligado a ela que é a desqualificação, passando a servir como um agente intensificador: “a desqualificação como louco e como criminoso consolida a exclusão e é a perigosidade pessoal que justifica a exclusão” (SANTOS, p.3, 1999). Assim o Candomblé, como uma religião desqualificada, torna-se uma religião excluída, não legitimada socialmente, e essa violência que o circunda tem fundamento em forte racismo religioso, já que ela é de herança negra, e a figura do negro, que também é negatizada, está relacionada com essa religião, apesar de que a presença branca nesses espaços torna-se cada vez mais forte. Restringidos de cultuarem ao seu deus, os negros tiveram que arranjar uma maneira de burlar essa proibição, e o resultado disso foi a aproximação do Catolicismo com as religiões de matriz africana, pois, sendo obrigados a serem católicos, os negros passaram a assimilar as divindades católicas aos seus deuses. Dessa forma cada orixá foi sincretizado, foi relacionado a um santo católico, fazendo com seus elementos culturais fossem preservados, apesar das duras lidas desses escravos, já que os portugueses tentavam catequizá-los.

O processo de escravidão e, por conseguinte, o racismo, tornaram-se instrumentos fundamentais para a perpetuação dos privilégios de uma minoria, rica e branca, que domina a disputa hegemônica no país, e o resultado dessa força opressora estruturada e organizada na sociedade usa equivocadamente a religião (quase sempre cristã) como

justificativa para demonizar as divindades cultuadas pelos povos de matrizes africanas, acirrando as relações interpessoais e de forma categórica, praticando o racismo institucional e religioso nas entrelinhas deste processo (JUNIOR, 2016).

Boaventura (1999) relata que no caso do racismo, o princípio de exclusão assenta na hierarquia das raças e a integração desigual que ocorre, primeiro, através da exploração colonial, e depois, através da imigração. Tendo por base a exclusão e a desqualificação de tudo que possa vir das “sub-raças” não só o negro, mas do indígena também, desvalorizando suas aparências, seus elementos culturais e portanto, o seu povo, em uma clara intenção de subalterniza-los, não lhes concedendo voz ou um espaço social, mas sufocando-os com essa violência silenciosa. Desse modo a intolerância religiosa, no caso das religiões de origem africana, passa a configurar também um racismo religioso.

De acordo com Mattos (2008), a intolerância contra o “povo de santo” teve uma nova forma de configuração, uma nova face, apresentando certo grau de perseguição e racismo durante o processo republicano brasileiro. Este processo se deu por meio de um golpe de Estado, tendo por alvo principal o estabelecimento de políticas nacionais que assegurassem o poder e prestígio da oligarquia cafeeira de São Paulo. Mas foi nesse espaço de tempo que os negros escravizados obtiveram sua liberdade, sendo homens livres e iguais a qualquer outro homem da República, isso pelo menos no papel, já que a história nos mostra o contrário.

A sociedade dessa época continuava marcada pelo domínio do catolicismo, no qual demonstrava grande força e prestígio sendo a religião oficial, bastante cultuada pelas grandes famílias ricas da sociedade que defendiam ferozmente todos seus valores morais. E dentro desses valores morais não cabia à religião negra que, apesar dos negros serem bastante numerosos, eram muito discriminados e mal vistos socialmente, assim como tudo que poderia provir deles, inclusive e, principalmente, a religião, por isso desde sua chegada ao novo mundo sua fé foi contestada, enquanto os portugueses tentavam catequizá-los.

As convicções religiosas dos escravos eram, entretanto, colocadas a duras provas quando de sua chegada ao novo mundo, onde eram batizados obrigatoriamente “para a salvação de sua alma” e deviam curvar-se as doutrinas religiosas de seus mestres. (VERGER, 2002, p.14). Assim o Candomblé tornou-se uma religião que resiste, desde o século XVI, a intolerância e preconceito, sendo ainda uma cruel realidade dos terreiros atuais.

A intolerância está tão institucionalizada na nossa sociedade que se afirmar do Candomblé é traduzido como um ato de coragem, pois ao afirmar-se candomblecista tem que se apresentar alguma justificativa do motivo da escolha da religião, mas além das justificativas são bombardeados por uma série de perguntas, explicando o porquê da escolha dessa religião, se cultuam aos demônios, se os orixás são os demônios, se tem medo dessa religião, se sacrificam pessoas, se tem medo de irem para inferno, e finalmente a pergunta que os candomblecistas mais escutam, se querem aceitar Jesus como seu único deus e salvador. A toda hora eles são atacados por questionamentos e afirmações que sempre colocam em xeque as suas divindades, divindades essas que são relacionados a tudo que é negativo na sociedade, a demônios, diabo, inferno. Um dos adeptos do terreiro do Pai Tota colocou em conversa uma vez que não falava mais de religião com ninguém, que entre os amigos ele era sempre questionado sobre o Candomblé, se ele achava que essa era realmente a religião certa, que ele devia ir a igreja e tantas outras provocações que sempre dirigiam a ele. Enquanto ele devia refletir se estava certo ou errado em seguir essa religião, ou outros não poderiam fazer o mesmo com relação a sua religião? Segundo ele, alguns de seus amigos eram católicos, outros protestantes, mas o único questionado sobre sua religião era ele, isso não é algo sem intenção, isso é a própria construção social brasileira que passa a institucionalizar tipos de violência como o preconceito e a intolerância, naturalizando-as ao invés de combatê-las.

Os terreiros em si apresentam dois públicos distintos, o primeiro público são seus adeptos fiéis, a maioria tem essa religião como uma herança familiar, são pertencentes a uma classe social mais baixa, são negros ou de descendência negra, visto que ser negro no Brasil é uma questão mais fenotípica que genotípica; o outro público se beneficia da parte mais comercial do Candomblé, pois os trabalhos realizados pelos pais ou mães de santo junto com os orixás são caros, e geralmente quem procura esses serviços são pessoas de uma classe social de média para alta. Esses serviços não requerem do indivíduo um comprometimento ou uma conversão. Tais indivíduos são como clientes que vão ao espaço, realizam seus trabalhos, pagam por eles, sem pertencer necessariamente ao Candomblé. Esse último público citado, apresenta uma visão distorcidas dessas ações que o Candomblé proporciona às pessoas em geral, pensam que o orixá está sempre para servir-lhes, sem nenhuma hombridade, dignidade, honra e respeito.

A ideia que se instaurou socialmente do Candomblé e de seus deuses é que são demônios e por isso fazem mal para as pessoas. A maioria dos trabalhos procurados é

justamente para fazer mal ao outro, destruir ou reatar relacionamentos, destruir a vida das pessoas, destruir lares, como se o orixá estivesse ali só para lhes fazer mal, pois, eles são o mal. O próprio Pai Tota me falou que não faz esses tipos de trabalho para ninguém, que tudo que você faz, volta para você, que infelizmente a maioria pensa que os orixás são agências de matrimônio e de emprego e muitas vezes médicos, pois, segundo ele, alguns procuram o Candomblé objetivando alguma cura que não é espiritual, vem gente com doenças que eram pra ser tratadas em hospitais, mas pensam que é macumba, que alguém fez trabalho e o procuram para desfazer o feitiço. Quando ele percebe que realmente é um trabalho feito, trabalha para desfazê-lo, mas quando não, pede que se retire e busque um hospital, quem é do Xangô de verdade não faz mal a ninguém. Percebe-se que a própria procura dessa religião traz incutido um preconceito simbólico que, apesar de procurarem essa religião, procuram por relacioná-la a coisas ruins e malignas. Ninguém procura um padre, um pastor, bispo, rabino, ou demais chefes religiosos para fazerem mal a alguém, pois respeitam seu sagrado, seus divinos são válidos socialmente, enquanto os das religiões de origem africana são divinos contestados, que não apresentam grande prestígio.

Em uma das nossas visitas pudemos perceber esse descrédito social com os orixás, pois uma mulher aparentemente evangélica, pois se vestia igual às seguidoras das doutrinas evangélicas e não continha o espanto e medo em seu rosto ao adentrar no espaço do terreiro, pediu ao Pai Tota que fizesse um trabalho para seu marido lhe deixar de vez e abrir os caminhos para um novo pretendente. Só que esse pretendente era casado, então era para desfazer dois casamentos, o dela e o do seu pretendente. Na hora nós estávamos conversando com seu Tota, ia nos retirando quando ele pediu que ficássemos, e no canto da sua sala escutamos tudo, com sua permissão. Seu Tota olhou para ela, pois era nítido o medo daquela mulher, riu e pediu que, por favor, se retirasse que esses tipos de serviços não faziam para ninguém, pois o Candomblé não é isso, e ainda disse que se ela queria conhecer sua religião que ela se dirigisse ao terreiro no domingo as 14 horas, pois teria festa em seu barracão. Depois da saída da mulher ele nos chamou e nos perguntou se havíamos escutado toda conversa, dissemos que sim, e ele nos relatou que diz vários 'nãos' desse que ele acabou de dar por dia. Segundo ele essas coisas dão muito dinheiro, mas ao mesmo tempo em que dão dinheiro, perde-se o sossego e a paz de espírito, essa é uma imagem distorcida que o povo tem do Xangô, ele disse que não iria contribuir para a manutenção disso, apesar de ter vários pais e mães de santo que fazem esse tipo de trabalho. O valor dos trabalhos que na sua grande maioria são caros, mas apresentam esse

custo, justamente para a manutenção da casa, já que de seus adeptos não é cobrado nenhum valor para a manutenção daquele espaço, ou algo semelhante ao dízimo cristão, sendo bom ressaltar que a maior parte dos candomblecistas são pessoas de classe pobre, sendo assim os custos dos terreiros, como também a subsistências dos seus líderes religiosos, são custeados a partir desses trabalhos.

Isso é mais que uma questão de combater a intolerância religiosa, ou seja, “tolerar”, já que essa não é a definição mais cabível nessas circunstâncias, muito menos essa definição chega perto do conceito de alteridade. Só toleramos algo que não suportamos, o que eles querem é o respeito às suas formas de culto, estima essa que foi negada historicamente, tanto que por muitos anos o Candomblé e a Umbanda não eram nem consideradas religiões e sim seitas, pois não tinham um livro sagrado, como o cristianismo e judaísmo tem a bíblia, e o islamismo tem o alcorão, escrituras que embasassem suas divindades, suas crenças, não apresenta deuses santificados, e tantas outras proposições das religiões de matrizes africana que foram usadas com o intuito de desqualifica-la.

Os sentidos de tolerância na modernidade, predominantes nos dicionários das línguas latinas, revelam a ideologia da cultura europeia em seu projeto de universalidade e homogeneidade pela dominação das outras culturas. No século XVI, o vocabulário latino tolerância significa constância em suportar, permitir, condescender. Nessa acepção, a tolerância supõe uma relação humana entre desiguais, em eu o superior faz concessões ao inferior. Assim, o verbo ‘tolerar’ aparece frequentemente como sinônimo de ‘suportar’ ou ‘aceitar’ com indulgência. Nesses dois sentidos básicos estão presentes a postura discriminatória e superior dos conquistadores em relação aos povos indígenas da América Latina (CARDOSO, 2003, p.132-132). Mas além dessa intolerância específica para religiosidade, nesse caso as religiões de matrizes africanas, que são historicamente as religiões que registram mais casos de intolerância no Brasil, outras questões também são levantadas, como a intolerância sexual, cultural, étnica e econômica, tudo baseado em uma sociedade patriarcal, marcada por uma forte herança colonial, onde o diferente, o que diverge do “comum social” é encarado como errôneo, e isso faz com que a intolerância torne-se uma parte constituinte da própria composição social. Não que isso sirva de justificativa para embasar ou até mesmo defender esse tipo de violência, mas é necessário ressaltar para que essas formas de violência não sejam silenciadas, assim como foram durante muitos anos.

À intolerância religiosa soma-se a intolerância política, cultural, étnica e sexual. A inquisição está presente no cotidiano aos indivíduos: no âmbito do espaço doméstico, nos locais do trabalho, nos espaços públicos e privados. Ela assume formas sutis de violência simbólica e manifestações extremas de ódio, envolvendo todas as esferas das relações humanas. A intolerância é, portanto, uma das formas de opressão de indivíduos em geral fragilizados por sua condição econômica, cultural, étnica, sexual e até mesmo por fatores etários. Muitas vezes nos surpreendemos ao descobri-la nossa própria intolerância.

A construção de uma sociedade fundada em valores que fortalece tolerância mútua exige o estudo das formas de intolerância e das suas manifestações concretas, aliado à denúncia e combate a todos os tipos de intolerância. Por outro lado, a tolerância pressupõe a intransigência diante das formas de intolerância e fundamenta-se numa concepção que não restringe o problema da tolerância! Intolerância no âmbito do indivíduo; esta é também uma questão social, econômica, política e de classe (SILVA, 2004, p. 8). Inegavelmente o Candomblé é uma religião perseguida, que resiste desde o início da sua reafirmação aqui no país a duras perseguições, resistindo através do tempo. Mas além dessa vertente de resistência histórica, elemento esse que já se tornou seu símbolo, passou a atrair outros atores sociais que, junto com ela não apresentavam muito crédito social, como os homossexuais e mulheres, público esse que passou a predominar tanto nos terreiros de Umbanda, quanto nos terreiros de Candomblé, fazendo com que essa religião se mostrasse cada vez mais singular e divergente das outras, por não reproduzir uma hierarquia social estabelecida, no qual passa a excluir esses atores, mais integra-los na formação histórica dessa religião.

No Candomblé e na Umbanda, os excluídos, os desiguais podem mostrar sua igualdade. Vários registros foram feitos no qual seus adeptos, passam a enaltecer a sua religião por essa liberdade que o Candomblé lhe proporciona, dizendo que por ela não ser convencional, faz com que se torne paradeiro certo aos que se encontram vulneráveis socialmente, pois passam a compartilhar uma dor comum, a violência, e suas diversas roupagens, seja ela a homofobia, o machismo, o racismo e a intolerância de forma geral. Isso explica o porquê o Candomblé vem sendo procurado por movimentos sociais que lutam a favor dessas minorias, do negro, do homossexual, da mulher e outros que buscam nessa religião a sua base de resistência.

Outra questão passa a permear a discussão de intolerância e da negação de tudo que possa estar ligado a uma herança negra, nesse caso a tentativa de tornar os orixás

mais comerciais, sendo que para isso seja necessário embranquecê-lo. O orixá feminino Yemanjá é um exemplo disso. Yemanjá é branca ou negra? Apesar de ser um orixá, e, por conseguinte, ter sua origem lá na África, ela é constantemente retratada dentro do estereótipo branco, dos cabelos lisos, branca, nariz fino. Não é querendo problematizar, mas ressaltar que ela é um orixá, e como todos os outros é negra, mas por conta da sua grande popularidade no país, e da sua relação sincrética, que de tão forte passou a modificar a imagem desse orixá, sendo sincretizada com nossa Senhora da Conceição, Maria e outras santas católicas, tornando-a também mais comercial, já que ela é uma das únicas orixás que tem sua imagem em estampas de roupas, seu nome em ruas, pontos comerciais, reprodução de sua imagem em estatuas e tantas outras áreas comerciais, sendo a orixá feminina mais popular.

O processo do sincretismo religioso foi responsável pela manutenção do Candomblé no país, além de que possibilitou que outras religiões fossem criadas a partir dela, esse engenhoso empreendimento que os negros escravizados daquela época elaboraram, apresenta uma tentativa de burlar as ordens dos portugueses e de uma provável catequização, sendo assim eles enganaram o homem branco, que queria veementemente catequiza-los e salvar as suas almas, assimilando os deuses africanos aos santos católicos, empreendimento de bastante êxito já que se passaram alguns séculos e suas heranças religiosas continuam conservadas.

O estereótipo negro é constantemente negado, a isso também se enquadra os deuses de origem negra, os orixás, mas apesar de negativados, apresenta seu valor comercial, por exemplo: (...) a indústria da moda tem sido comum se apropriar desses elementos, destituindo-os de seus significados e apresentando-os em editoriais e capas de revistas sem que seus protagonistas estejam presentes ou sejam citados, embranquecendo aqueles que são os símbolos que são próprios” (OLIVEIRA; SANTOS; MENDONÇA, 2016 p.84). No dia 21 de janeiro de 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu pela Lei nº 11.635, como o Dia Nacional de Combate à intolerância. Essa data apresenta todo um marco, pois ela foi a data no qual a Mãe de Santo Gilda, do terreiro Axé Abassá de Ogum, na Bahia, foi vítima de intolerância religiosa, onde, acusada de charlatanismo por algumas pessoas, teve sua casa atacada, e no dia 21 de janeiro a mãe Gilda faleceu vítima de um infarto. Mas apesar dessas diretrizes e outras, que tem por objetivo o combate a intolerância religiosa, ela não cessou, ao contrário, o número de casos só aumentaram nos últimos anos. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, o número de casos registrados desse tipo de violência, só vem aumentando. Em 2014 o

ministério registrou por meio da sua Ouvidoria 149 denúncias, em 2015 o número de registros aumentou 69,13%, totalizando 252 denúncias recebidas.

No ano de 2016 somente entre os meses de janeiro a setembro, o Ministério de Direitos Humanos, vinculado ao Ministério da Justiça contabilizou 300 denúncias. Essas denúncias contabilizadas pelo Ministério dos Direitos Humanos são obtidas por meio das ligações realizadas pelo Disque 100, juntamente com a Ouvidoria da Igualdade Racial, sendo esses os instrumentos de combate ao racismo ofertado pelo governo federal. Em entrevista à jornalista Juliana Cipriani (2017), Carlos Magno, conselheiro nacional de direitos humanos e secretário da ABGLT, coloca que o ano de 2017 foi marcado por atos de racismo, injúria, homofobia, xenofobia, assédio, censura às artes, discurso de ódio e desrespeito, e isso está repercutido no aumento de números de casos de agressão, principalmente a intolerância. O conselheiro nacional de direitos humanos avalia que o uso das redes sociais e o contexto em que as minorias ganharam mais espaço contribuíram para a exacerbação dos ânimos e opiniões conflitantes, e a tendência de que essas ações venham a se agravar em 2018, e diz: “Houve uma ruptura democrática com o golpe e, com isso, uma espécie de autorização para que emergissem todas as forças conservadoras. E essa onda conservadora não é um fenômeno local, mas global, onde observamos as minorias cada vez mais sufocadas e perseguidas, por esse discurso de ódio, fazendo assim que expressões como preconceito, racismo, intolerância, sejam cada vez mais validadas socialmente, ao invés de serem punidas.

3 CONCLUSÃO

Apesar do aumento dessas denúncias, a maioria dos casos ainda não é contabilizada. Na casa do Pai Tota, por exemplo, a maioria dos adeptos sofreram com essa violência, mas nenhum registrou ou denunciou essa violência. Alguns motivos dessa omissão proposto por eles é que a justiça não vai agir em nada, e que já basta sofrer uma vez, além de confiarem na proteção de seus orixás. Santos (1999) questiona o posicionamento e as ações do Estado no que diz respeito às minorias oprimidas, situando que historicamente o Estado não dispõe de políticas que tenham por objetivo eliminar a exclusão, mas tão só de fazer a sua gestão controlada, descaracterizando as suas diferenças. “O Estado moderno capitalista, longe de procurar a eliminação da exclusão, pois que assenta nela, propõe-se apenas geri-la de modo a que ela se mantenha dentro dos níveis socialmente aceitáveis” (SANTOS, p.20, 1999).

Essa análise cabe muito bem dentro das circunstâncias sociais das religiões afro no Brasil, excluídas, desqualificadas, não legitimadas, todas essas definições fizeram e fazem com que essas religiões se tornem o principal alvo de intolerância, e ainda atrelado a essa violência está a ausência de medidas mais rígidas, que passem a combater essa exclusão, que não seja apenas do Xangô, da Umbanda, mas das diversas minorias não atendidas pelo Estado. Para se ter uma política sem distinção, e sem diferenças, é necessária que “uma política de igualdade genuína, é a que permite a articulação horizontal entre identidades discrepantes e entre as diferenças em que elas assentam” (SANTOS, p.44, 1999). Constitucionalmente falando, temos o direito de sermos iguais, sem que quaisquer singularidade seja usada para nos inferiorizar, somos diferentes, de cores que divergem, no idioma, na classe, na opção religiosa e sexual, e dentre outras particularidades, mas em meio a tantas diferenças, temos algo comum, igual a todos os outros, somos humanos, temos dessemelhanças, e é essa diferença que nos torna iguais, tornando-nos responsáveis por respeitar as escolhas do outro, pois “o outro pode ser cada um de nós” (SANTOS, p.30, 1999).

REFERÊNCIAS

CARDOSO, C.M. 2003. Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. São Paulo Editora: UNESP.

CIPRIANI, Juliana. 2017 foi o mercado pela intolerância, especialistas temem repetição, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/2017-foi-mercado-pela-intoleranciaespecialistas-temem-repeticao-em-2018/>>. Acesso em: 13 de jan.2018.

JUNIOR, Walmyr. Racismo religioso é o retrato da intolerância no Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-religioso-e-o-retrato-daintolerancia-no-brasil/>>. Acesso em: 13 de jan.2018.

MATTOS, Wilson Roberto de. Negros contra a ordem: astúcia, resistência e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUFBA,2008. OLIVEIRA. T.C.S.;

OLIVEIRA. T.C.S.; SANTOS.E.C.M; MENONÇA. A.F.F.N. Odayá, minha mãe! Desconstruindo o uso da imagem da Iemanjá a partir do caso Farm. Revista Udesc Ano9, n.17, jan-jun 2016. ISSN 1982-615x.

SANTOS, B. S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Coimbra: CES, 1999. SILVA, A.O. da. 2004. Reflexões sobre a intolerância. Disponível <https://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 05 de jan.2018.

VERGER, Pierre. 2002. Orixás: deuses iorubas na África e no Novo mundo (6. ed).
VIEIRA, R. Etnobiografias e descobertas de si uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade e cultural.